

1 **ATA DA 11ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE**
2 **PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO DOS CORPOS**
3 **D'ÁGUA EM CLASSES**
4

5 Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 08h45min
6 por videoconferência, através da plataforma Google Meet, ocorreu a 11ª Reunião da
7 Câmara Técnica de Acompanhamento de Planos de Recursos Hídricos e
8 Enquadramento dos Corpos D'Água em Classes, instituída pela Resolução nº 139 de
9 08 de julho de 2021, com a seguinte pauta: I. Aprovar as atas da 9ª e 10ª Reuniões da
10 CT; II. Analisar e deliberar quanto a minuta de resolução enviada pela SEMA, que
11 estabelece o enquadramento dos corpos de águas superficiais das Unidades de
12 Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio (UPG P2) e Alto Paraguai
13 Superior (UPG P3), em classes de uso, nos trechos elencados no Anexo 1 da minuta
14 de Resolução. Estavam presentes: Sra. Lilian Fatima de Moura Apoitia, Sra. Lorena
15 Moreira Nicochelli e Sra. Sibelle Christine Glaser Jakobi, representantes da **SEMA**; Sr.
16 Kaio Bueno, representante da **AMM**; Sra. Laura Garcia Venturi Rutz, representante da
17 **FAMATO**; Sra. Mariana Sasso, representante da **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita,
18 representante do **SINDENERGIA**; Sra. Suzan Lannes de Andrade, representante da
19 **ABES**; e, Sra. Danielly Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Inicialmente a
20 secretária do CEHIDRO informa que o presidente, Sr. Jhonatan Barbosa da Silva, não
21 se faz presente e a mesma não conseguiu contato telefônico com ele. Solicita que os
22 membros elejam um dos presentes para presidir a reunião, uma vez que tanto o
23 presidente quanto a relatora da CT, Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, não estão
24 presentes. Após deliberação, restou decidido que a SEMA presidiria a reunião. A Sra.
25 Sibelle Jakobi explica que a minuta foi elaborada a partir do produto da P2P3 que trata
26 do enquadramento. Destaca que as metas constantes na minuta foram elaboradas
27 dentro do Plano P2P3, e se busca com essa minuta dar destaque ao enquadramento.
28 Salienta que se trata de um produto com um programa de efetivação distinto. Que se
29 pretende com a minuta dar força às ações de efetivação e auxiliar o setor de outorga.
30 Diz que quem poderia melhor detalhar cada uma das metas seria o professor
31 Jhonatan, que foi quem participou da elaboração do Plano. A Sra. Lorena Moreira
32 destaca que quanto as metas, ao estudo em si, não cabem alteração alguma pela CT,
33 uma vez que o Plano foi feito com base em estudos e análises técnicas, seguindo-se
34 um rito determinado. O que cabe a CT seria a verificação da legislação, quanto a

35 redação da minuta em si. O conselheiro Marcelus Mesquita pergunta o que seria essa
36 meta progressiva de 10, 20 anos. A Sra. Sibelle Jakobi explica que quando foi feito o
37 estudo constatou-se que se poderia ir melhorando os corpos d'água. Então, como não
38 se consegue melhorar esse corpo hídrico de uma hora para outra, se estabelece
39 metas progressivas, que é uma característica do próprio enquadramento. Explica que
40 se estabelece metas intermediárias para se alcançar a meta final. E nesse período são
41 implementadas ações para melhorar a qualidade desse corpo hídrico. O conselheiro
42 Marcelus Mesquita questiona que conforme o anexo, a maioria dos corpos hídricos
43 estão em manutenção, quer dizer que eles não têm alteração. A Sra. Sibelle responde
44 que os estudos apontaram que a maioria dos corpos hídricos não tem um problema
45 específico, mas se colocou eles em manutenção para se fazer coletas e verificar se
46 eles se mantem nessa classe, porque se ele sair a gente tem que pensar em alguma
47 atividade, algo que ajude o corpo hídrico a permanecer na classe. A Sra. Lorena
48 Moreira esclarece que esses corpos hídricos em manutenção da classe não
49 necessariamente significam que a gente não precise investir para fazer a manutenção
50 da classe, as vezes a gente precisa investir em alguma questão específica. A Sra.
51 Sibelle Jakobi diz que antes de se deliberar quanto a aprovação da minuta, gostaria de
52 propor a alteração da redação do artigo 5º, pois acredita que está um pouco confuso
53 da forma que está. Após deliberação, restou aprovada a seguinte redação: "Art.5º As
54 metas progressivas para os trechos que não se enquadrarem na manutenção da
55 classe estão estabelecidas no Anexo 2". O conselheiro Marcelus questiona quanto a
56 quem seriam os responsáveis pelo alcance dessas metas, o município, as indústrias,
57 os produtores, os responsáveis pelo saneamento. Diz que os segmentos precisam se
58 manifestar porque essa minuta irá atingir a outorga. A conselheira Suzan Lannes diz
59 que entende a preocupação do conselheiro quanto ao poluidor pagador, mas como
60 sanitaria, entende que não há outra maneira de se melhorar. E a resolução estipula
61 prazos, de 10, 20 anos. Salienta que se isso não for estabelecido, esses corpos
62 hídricos nunca irão alcançar essa qualidade ou melhorar de classe, que já está ruim.
63 Destaca que o objetivo é esse mesmo, de melhoria ao longo do tempo. O conselheiro
64 Marcelus diz que seu setor não tem problema com isso, pois algo que gera impacto ao
65 setor é quantidade e não qualidade. Mas acredita que outros setores precisam se
66 manifestar, apesar de que o Plano já está pronto. A conselheira Laura Rutz diz que já
67 houve todo o processo de construção do Plano, com o enquadramento desses corpos

68 hídricos. Então, como vai se contestar algo que foi feito a partir de estudos técnicos.
69 Salienta que o momento de contestar já passou e agora cabe apenas a construção da
70 norma para nortear a SEMA nas suas decisões. A Sra. Sibelle Jakobi esclarece que
71 atualmente todos os corpos hídricos não enquadrados são classe 2 e a gente está
72 estabelecendo o enquadramento de alguns para a classe 3 e classe 4. Diz que mesmo
73 com as metas progressivas se está dando a possibilidade maior de usuários nesses
74 corpos hídricos, uma vez que classe 2 é mais restritiva. Salienta que a partir dos
75 estudos se constatou que esses corpos hídricos não são classe 2 e então se fez o
76 enquadramento correto, mas também se estabeleceu metas progressivas com o
77 objetivo de melhorar esses corpos hídricos. A conselheira Suzan Lannes diz que o
78 órgão ambiental faz a fiscalização para verificar se estão sendo atendidos os
79 parâmetros. Então, os empreendedores precisam se adequar. A Sra. Sibelle salienta
80 que esse enquadramento não vai impactar diretamente os empreendedores, mas sim
81 os responsáveis pelo saneamento. Destaca que em todas as etapas do Plano foram
82 feitos encontros públicos, oficinas, onde teve a participação da sociedade, e em alguns
83 municípios teve a participação do setor político. O GAE, que teve a participação de
84 diversos setores, fez o acompanhamento desse Plano. Então, não foi um estudo feito
85 de forma aleatória. Foi feito um estudo sério, com o objetivo de melhorar esses corpos
86 hídricos. Após, fora colocada em votação a aprovação da minuta em análise. Que foi
87 aprovada, por unanimidade. Restando como encaminhamento que: a conselheira
88 Suzan Lannes se compromete em redigir o parecer necessário quanto a aprovação da
89 minuta a ser encaminhado para deliberação da plenária. Por fim, nada mais havendo a
90 declarar o Presidente encerrou a reunião às 09h16min e eu, Danielly Guia da Silva,
91 lavrei esta ATA que será assinada pelo presidente da Câmara Técnica.

92

93

94 **Jhonatan Barbosa da Silva**

95 Presidente da Câmara Técnica de Acompanhamento